

# Literatura para a Infância e valores: algumas notas

José António Gomes  
Escola Superior de Educação  
do Instituto Politécnico do Porto

## 1.

No seu pequeno grande livro *Para que Serve a Literatura?*, um dos mais reputados teorizadores contemporâneos, Antoine Compagnon, reflete sobre o poder da literatura e sobre o modo como este foi encarado ao longo da História. Passa assim em revista a definição aristotélica clássica – «o seu contributo para uma vida boa» – desenvolvida mais tarde na conceção horaciana segundo a qual a literatura instruiria deleitando (Compagnon, 2010: 28-29). Refere, em seguida, a mudança verificada no século das Luzes e prosseguida no Romantismo: a literatura já não seria «um meio para instruir deleitando, mas sim um remédio» (idem: 31). E termina a sua síntese, mencionando o poder de reparação da língua que, desde Mallarmé e passando pelas vanguardas artísticas e teóricas do século XX, tem sido atribuído à literatura (idem: 34-38). A parte final da obra é uma lúcida e atualizada reflexão sobre o tema, que aponta pistas para uma defesa da literatura e para a reivindicação da importância do seu ensino – ou não correspondesse o texto de Compagnon, editado inicialmente em França em 2007, à lição inaugural do autor no Collège de France.

Também a literatura para a infância e a juventude constitui um território onde estes poderes naturalmente se manifestam. E a educação literária que hoje se preconiza implica, como não poderia deixar de ser, a consciência de que um dos valores da literatura reside justamente neste seu multifacetado potencial formativo.

Interessa-me, no entanto, e em primeiro lugar, focalizar a definição do poder da literatura, tal como ele é encarado no século XVIII

e aprofundado no século XIX – não obstante os extremados debates teóricos sobre a criação artística que ao longo desse período tiveram lugar e que Compagnon (31-34) sumaria no seu texto. E isto porque, na época em causa, se assiste precisamente ao nascimento e evolução daquilo a que hoje chamamos literatura para crianças e jovens. Regressemos às palavras do autor de *Le Démon de la Théorie*: com as Luzes testemunha-se a ideia de que a literatura «enquanto instrumento de justiça e de tolerância, e a leitura, enquanto experiência da autonomia, contribuem para a liberdade e para a responsabilidade do indivíduo, valores esses, das Luzes, que presidiram à fundação da escola republicana» (idem: 31). Não será também por esta razão – e por outras, designadamente de ordem socioeconómica, política e cultural – que na Europa começam a surgir, com o Iluminismo, obras intencionalmente dirigidas a um público infantil e juvenil?

## 2.

Não podendo deter-me aqui na definição do conceito de valor, nem nas múltiplas abordagens da questão que nos são propostas sobretudo pela filosofia, mas também pela antropologia, pelas ciências da educação e por outras áreas do saber, lembrarei, apenas, que o problema dos valores foi sempre um tópico presente nos debates sobre a escrita para a infância<sup>1</sup>, desde que, ainda no século XVIII, e nomeadamente em Portugal, este ou aquele pedagogo (por exemplo, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, em *Apontamentos para a Educação de um Menino Nobre* (1734))

<sup>1</sup> A este propósito e sobre a temática que nos ocupa neste artigo, leia-se Sarto, 1994.

discorria sobre as leituras mais adequadas para a criança, enquanto ser humano em formação. Alguns (que não Rousseau) haveriam de concluir que a fábula seria o texto ideal, pelas suas características intrínsecas, quer formais e estruturais quer de ordem semântico-pragmática (e é aqui que, do ponto de vista literário, se situa em parte a questão dos valores). Talvez por isso, a fábula tornou-se a literatura para crianças, por excelência, do século das Luzes, tendo cedido lugar, no Romantismo, ao conto de fadas – nomeadamente por efeito da publicação, por Jacob e Wilhelm Grimm, em 1812, de *Kinder und Hausmärchen* (a que se seguiriam várias reedições aumentadas) – e, posteriormente, a outros géneros narrativos.

Vejamos, assim, alguns exemplos, um pouco ao acaso, de como os valores sempre estiveram no cerne quer da criação literária para os mais novos quer das discussões que a mesma suscitou.

Haverá clássico da literatura europeia para a infância que explicita melhor – e de forma mais divertida, diga-se de passagem – os valores implicados na socialização e na maturação dos «rapazes» do que *As Aventuras de Pinóquio* (1883), de Carlo Collodi? Aspeto que importa no entanto matizar, considerando outro tipo de valores, habitualmente esquecidos, sempre que se fala de literatura e valores. Por exemplo os mais intrinsecamente literários: o valor estilístico da prosa de Collodi e a excelência dos seus diálogos; o uso genial que faz do cómico de situações, de carácter e de linguagem; a qualidade imaginativa da sua arquitetura diegética e da construção das personagens; ou ainda o desafiador diálogo intertextual com a mitologia, a Bíblia, o conto de fadas tradicional, para apenas mencionar alguns traços.

Haverá, por outro lado, textos portugueses que de modo mais fundo reflitam sobre os valores na literatura para crianças do que a resposta a um Inquérito e a Entrevista ao autor que compõem a «Marginália» presente em várias edições do *Romance da Raposa* (1924), de Aquilino Ribeiro? Mas se, seguindo outra via, nos voltássemos para essa festa da língua que é a escrita aquiliniana, para a sua qualidade estilística, para a riqueza da sua rede intertextual ou para a excelência e finura do seu cómico – para apenas mencionar três pontos –,

não descobriríamos aqui outro tipo de valores, repito, mais intrinsecamente literários?

E como não lembrar os artigos de Alice Gomes, no velho *O Jornal da Educação*, sobre leituras que considerava adequadas ou não ao público infantil, mostrando-se, por exemplo, refratária, nos anos setenta/oitenta, à leitura psicanalítica dos contos de fadas, proposta por Bettelheim, e abjurando o uso de alguns deles pelo seu cariz «violento» e «sangrento»?

Não resisto, por outro lado, a recordar como em certos livros de Ana de Castro Osório, de Virgínia de Castro e Almeida ou de Emília Sousa Costa se deteta uma tendência, por vezes subliminar, para a menorização das personagens africanas (um contra-valor, diríamos hoje), não obstante poderem estar imbuídos de valores, digamos assim, positivos, a começar pelos mais propriamente literários (por exemplo, a qualidade de escrita de uma Ana de Castro Osório). Que fazer, hoje, perante estes livros?

O que me leva a outra questão: o relativismo de certos valores. Aceitaremos nos dias que correm como valor legítimo, transmissível aos leitores mais novos, a apologia acrítica dos heróis nacionais e de Portugal como grande nação imperial e colonizadora que descobrimos em certos textos para crianças publicados entre a década de trinta do século XX e o 25 de Abril de 1974 – textos em clara consonância com o aparelho de propaganda e de intoxicação ideológica do Estado Novo? Um caso menos distante no tempo: a co-adoção por casais homossexuais, recentemente aprovada pelo Parlamento português, veio dar força de lei a valores de algum modo tematizados no álbum narrativo *O Livro do Pedro (Maria dos 7 aos 8)* (2008), de Manuela Bacelar. Quantos leitores adultos, porém, à luz das suas convicções religiosas ou políticas, não continuam a encará-los como contra-valores?

Trata-se de questões controversas que não pretendo dirimir nestas notas, mas tão só levantar. Certo é que não existe livro infantil que não configure um discurso ideológico, por muito incómodo que isso seja para o seu autor, para os seus leitores e para a própria crítica literária. E os valores que nesse livro, consciente ou inconscientemente, se exprimem são parte integrante de um construto estético assente na inter-relação entre os diferentes có-

digos que constituem aquilo a que chamamos o policódigo literário. Sendo um deles o código semântico-pragmático, é sobretudo, mas não em exclusivo, no quadro deste código que importa colocar a questão dos valores na literatura para a infância e a juventude.

### 3.

Alguns exemplos mais da presença forte de certos valores na escrita para crianças e jovens. A ajuda desinteressada aos que dela necessitam, a compaixão e a rejeição de uma atitude egocêntrica não serão as imagens axiológicas de marca de *A Fada Oriana* (1958) e de *A Noite de Natal* (1960), de Sophia de Mello Breyner Andresen? A defesa das árvores e de um ambiente saudável não será o principal valor tematizado em *Beatriz e o Plátano* (1976), de Ilse Losa, a par da apologia de uma cidadania interventiva e empenhada no bem-estar não apenas individual, mas também da comunidade? *Rosa Bianca* (1985), de Roberto Innocenti, não configura, no limite, uma defesa radical da paz e uma condenação absoluta da guerra, do Holocausto e da perseguição étnica? *Não celebra O Pajem não se Cala* (1981), de António Torrado, o valor da livre-expressão e da crítica frontal, bem como o direito à revolta em relação a governantes hipócritas e desacreditados, a ponto de os destituir do poder? *Sonhos na Palma da Mão* (1990), de Luísa Dacosta, não será uma das mais tocantes exaltações do amor (maternal, filial e por um/a companheiro/a) na literatura portuguesa para a infância das últimas décadas? Não constitui o valor da liberdade o eixo estruturante de *O Tesouro* (1993), de Manuel António Pina? Porque lemos ou damos a ler aos mais novos *O Sapo e o Estranho* (ed. portuguesa, 1999), de Max Velthuijs, senão para evidenciar os malefícios do preconceito em relação ao «diferente», enfatizando a importância do conhecimento do «estranho» e da aceitação ativa da diversidade cultural e étnica? A abertura ao outro e o abandono de uma atitude egocêntrica não será uma questão nuclear no álbum infantil para os mais pequenos, *Eu Só Só Eu* (2011), de Ana Saldanha e Yara Kono? Não se encontram imbuídos de valores generosos os poemas e contos de Luísa Ducla Soares dirigidos à infância?

Creio ter apontado exemplos suficientes do relevo da dimensão axiológica na literatura para a infância e a juventude e do peso que ela tem na leitura, do ponto de vista semântico-pragmático. E difícil seria não concluir sobre a importância de que esta produção literária e artística se reveste numa educação com valores e para os valores, no quadro de uma sociedade livre e democrática, em que a justiça social, a solidariedade e a decência sejam princípios inalienáveis.

Seria, contudo, incorreto dissociar esta dimensão axiológica de outra ordem de valores primacial: os de natureza técnica e estética, sem os quais a literatura não passaria de um mero discurso de teor moralizante, religioso ou político, ainda que bem-intencionado. Ora, esses outros valores não podemos nem devemos secundarizá-los, quando o nosso objeto de fruição, de estudo e de promoção é, em primeira instância, um objeto estético, neste caso, o texto literário, por um lado, e, por outro, a ilustração de qualidade. Mas este, obviamente, é assunto para outro artigo.

## Bibliografia

COMPAGNON, Antoine (2010). *Para que Serve a Literatura?*. Porto: Deriva.

SARTO, Monserrat (1994). «Valores en la literatura infantil y juvenil», *Vela Mayor – Revista de Anaya Educación*, año 1, n.º 2, pp. 65-71.